



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA

I TRIMESTRE DE 2023

CONTROLE INTERNO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

PEDRO SILVA COSTA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

gabinete@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

GERSON DINIZ DA FONSECA
VICE-PREFEITO

gabinete@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

DIONE SANTOS ASSUNÇÃO
SECRETÁRIA CHEFE DO GABINETE
gabinete@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

JULIANA DE SOUZA DÉDA
PROCURADORA DO MUNICÍPIO
procuradoria@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

JOÃO RODRIGO MOREIRA DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
controleinterno@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

GEORJE SOARES CLEMENTINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
administracao@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

LUCILEIDY SOARES CLEMENTINO SANTANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA
financas@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

VALDINHO DA SILVA SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
saude@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

IARA SOARES COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
educacao@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

LAIZ SIMÕES VIANA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
assistenciasocial@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

JOSÉ NILTON DOS SANTOS OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES
secobras@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

JOSÉ SANTOS DE CARVALHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
gabinete@tomardogeru.se.gov.br
Tel: (79) 3545-1316

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

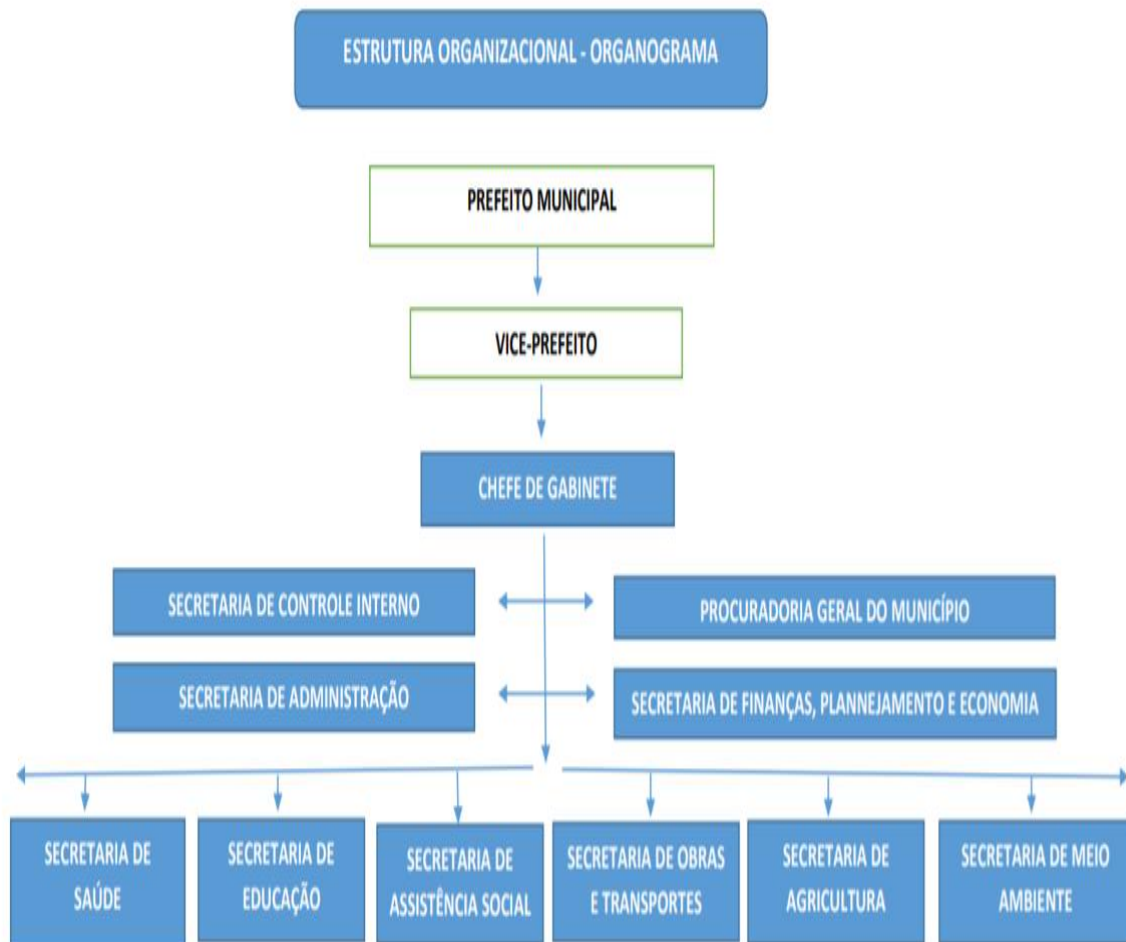


IMAGEM: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ANO 2021.

CONTROLE INTERNO

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO



FONTE: BLOG CONHECENDO GERU.

MUNICÍPIO	TOMAR DO GERU/SE
PREFEITO	PEDRO SIILVA COSTA FILHO
ENDEREÇO	PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 284 – CENTRO
CNPJ	13.099.205/0001-18
PERÍODO	JANEIRO A MARÇO DE 2023



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

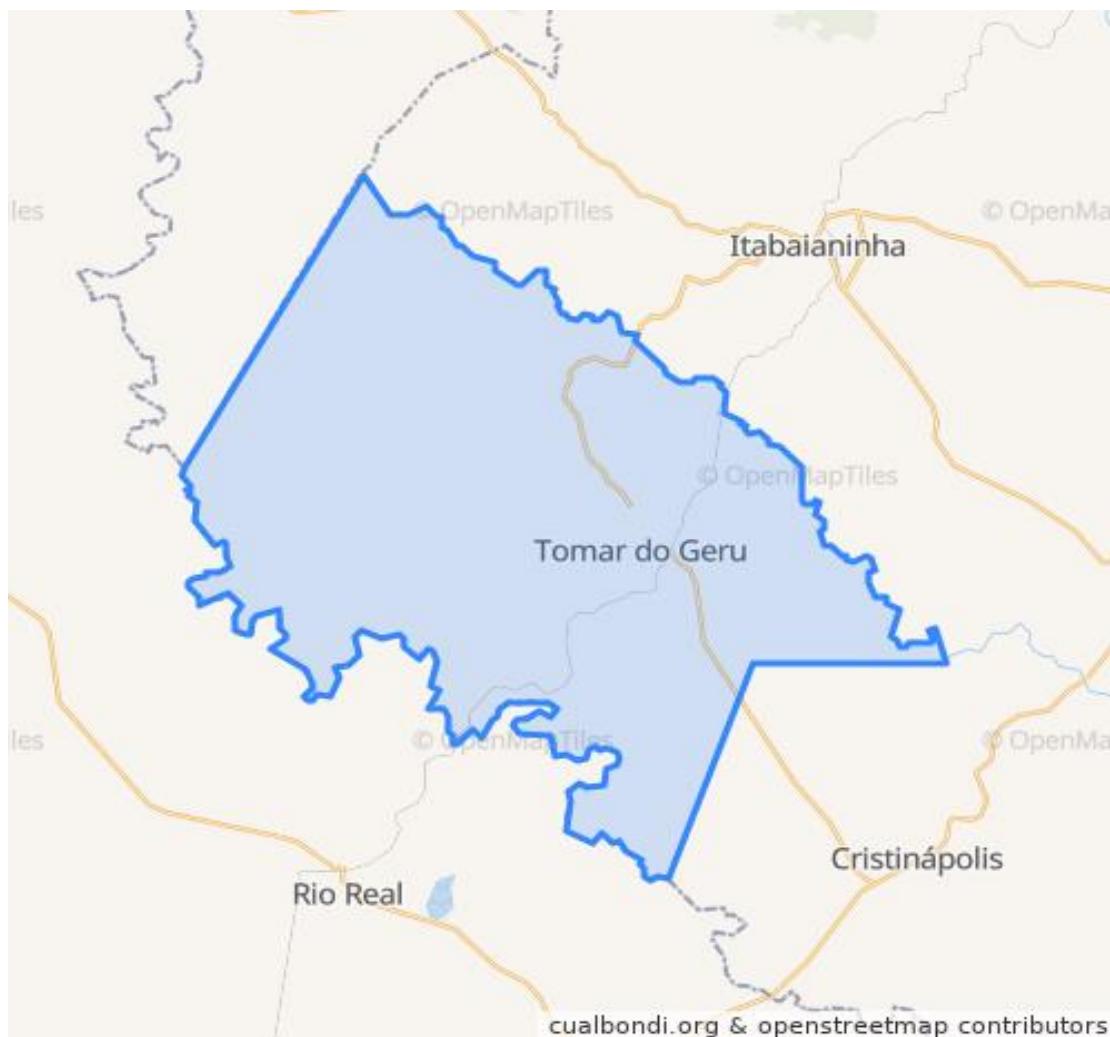


IMAGEM: <http://br.distanciadas.net/distancia-de-tomar-do-geru-a-aracaju>

Tomar do Geru é um município do estado de Sergipe situação na região Nordeste do Brasil. Emancipado definitivamente em 1953, encontra-se na região do Vale do Rio Real, grande produtor de pedra do Estado. Tomar do Geru se situa a 43,9 km ao Leste de Tobias Barreto a maior cidade nos arredores. Além de Tomar do Geru estão na região, Itabaianinha, Cristinápolis, Tobias Barreto e Poço Verde.









MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Controle Interno do Poder Executivo de Tomar do Geru/SE, em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, ao Título VIII, Capítulo II da Lei Federal nº 4.320/1964, e ao artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também em cumprimento o mandamento constitucional e as disposições do art. 68 da Lei Complementar nº 004/1990, realizamos o exame das despesas e receitas do Município de Tomar do Geru, relativas ao período de **01 janeiro a 31 de março de 2023**, cujo objetivo de verificar a regularidade das execuções:

PROCEDIMENTOS E PONTOS ABORDADOS	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
FISCAL E LIMITES/OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS	
FINANCEIRO	
PATRIMONIAL	
OPERACIONAL	
TRANSPARÊNCIA	

Ainda assim, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes, compreendendo as Secretarias Municipais.

CONTROLE INTERNO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os trabalhos do Controle Interno foram conduzidos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, Normas e Procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- ✚ Constituição Federal e Constituição Estadual;
- ✚ Lei Federal nº 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- ✚ Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contrato na Administração Pública;
- ✚ Lei Complementar nº 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências;
- ✚ Lei Municipal Nº 736/2022 – Diretrizes para o Exercício de 2023 – LDO;
- ✚ Lei Municipal nº 741/2022 – Estima a receita e fixa a despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2023 – LOA;
- ✚ Lei Municipal nº 734/2021 – Dispõe sobre o Plano Plurianual de Aplicação – PPA; para os Exercícios 2022/2025;
- ✚ Resoluções e Parceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- ✚ Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.



CONTROLE INTERNO



1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DO ORÇAMENTO PARA 2023

O orçamento do Município de Tomar do Geru para o exercício de 2023 aprovado pela Lei Municipal nº 741 de 30 de dezembro de 2022, fixando a receita total estimada tanto da parte fiscal quanto também da seguridade social, levando em conta todas as devidas deduções legais ficou em **R\$ 64.700.000,00**:

FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	VALOR
Poder Legislativo	1.979.000,00
Prefeitura Municipal	41.074.250,00
Fundo Municipal de Saúde	10.982.400,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.078.850,00
Fundo de Prev. Soc. Serv. Pub. Mul. De Tomar do Geru	8.585.500,00

FONTE: LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ O TRIMESTRE DE 2023

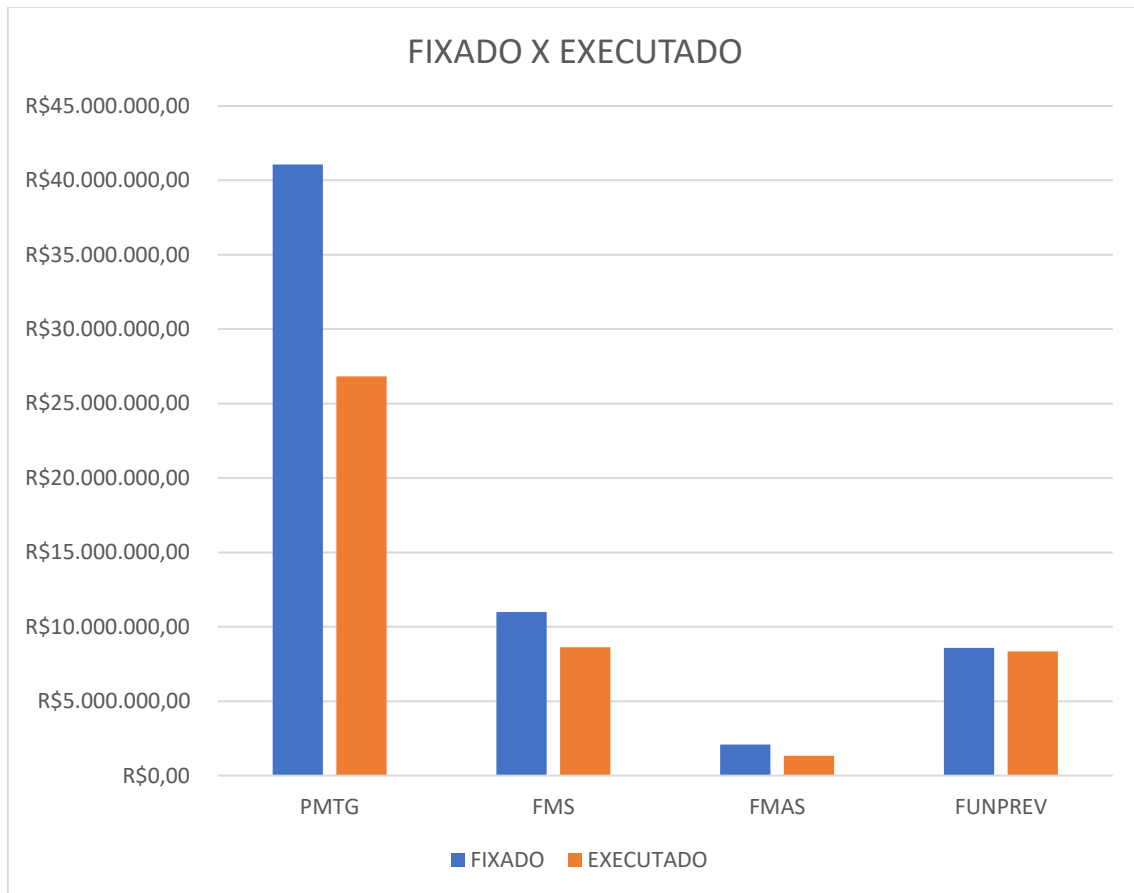
ÓRGÃO	FIXADO	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
PMTG	R\$ 41.074.250,00	R\$ 26.821.938,09	65%
FMS	R\$ 10.982.400,00	R\$ 8.635.347,61	79%
FMAS	R\$ 2.078.850,00	R\$ 1.323.346,69	64%
FUNPREV	R\$ 8.585.500,00	R\$ 8.353.392,76	97%
TOTAL	R\$ 62.721.000,00	R\$ 45.134.025,15	72%

(*) Valor Executado corresponde ao valor já empenhado.



CONTROLE INTERNO

GRÁFICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



FONTE: AGSISTEMAS/CAT.

Abaixo segue demonstrativo indicando a composição da despesa em suas três fases, quais sejam, empenho, liquidação e pagamento:

Unidade Gestora	Empenhado	Liquidado	Pago
PMTG	R\$ 26.821.938,09	R\$8.606.899,79	R\$8.334.475,02
FMS	R\$ 8.635.347,61	R\$2.703.308,30	R\$2.574.044,10
FMAS	R\$ 1.323.346,69	R\$510.982,85	R\$470.198,18
FUNPREV	R\$ 8.353.392,76	1.178.953,59	1.178.953,59
Total Executado	R\$ 45.134.025,15	R\$ 13.000.144,53	R\$ 12.557.670,89

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS/CAT

CONTROLE INTERNO

DECRETOS DE SUPLEMENTAÇÃO NO TRIMESTRE

Agape Sistemas - AgGestor



PREFEITURA MUN. DE TOMAR DO GERU
PRACA GETULIO VARGAS, 284, CENTRO
CEP: 49.280-000
CNPJ: 13.099.205/0001-18

Página 1 de 2

RELAÇÃO DE DECRETOS

2023

Janeiro

DATA	Nº DO ATO	TIPO DE FUNDAMENTO	TIPO ALTERAÇÃO	ADIÇÃO	REDUÇÃO
20/01/2023	1	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	19.057,41	19.057,41
20/01/2023	2	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	30,50	30,50
26/01/2023	3	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	50.350,00	50.350,00
27/01/2023	4	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	1.800,00	1.800,00
27/01/2023	5	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	21.244,92	21.244,92
27/01/2023	6	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	35.000,00	35.000,00
27/01/2023	7	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	10.000,00	10.000,00
TOTAL MÊS DE JANEIRO:				137.482,83	137.482,83

Fevereiro

DATA	Nº DO ATO	TIPO DE FUNDAMENTO	TIPO ALTERAÇÃO	ADIÇÃO	REDUÇÃO
01/02/2023	8	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	23.000,00	23.000,00
01/02/2023	9	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	9.350,00	9.350,00
01/02/2023	10	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	151.824,00	151.824,00
01/02/2023	11	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	52.526,00	52.526,00
06/02/2023	12	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	192.160,00	192.160,00
07/02/2023	13	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	65.000,00	65.000,00
07/02/2023	14	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	1.980,00	1.980,00
10/02/2023	15	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	44.000,00	44.000,00
10/02/2023	16	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	9.990,00	9.990,00
10/02/2023	17	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	20.000,00	20.000,00
14/02/2023	18	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	9.990,00	9.990,00
15/02/2023	19	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	39.000,00	39.000,00
17/02/2023	20	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	24.352,88	24.352,88
23/02/2023	21	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	70.000,00	70.000,00
24/02/2023	22	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	300.000,00	300.000,00
24/02/2023	23	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	192.000,00	192.000,00
24/02/2023	24	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	6.000,00	6.000,00
24/02/2023	25	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	38.000,00	38.000,00
27/02/2023	26	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	2.500,00	2.500,00
TOTAL MÊS DE FEVEREIRO:				1.251.672,88	1.251.672,88

Março

DATA	Nº DO ATO	TIPO DE FUNDAMENTO	TIPO ALTERAÇÃO	ADIÇÃO	REDUÇÃO
01/03/2023	27	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	358.500,00	358.500,00
02/03/2023	28	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	55.000,00	55.000,00
02/03/2023	29	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	21.000,00	21.000,00
06/03/2023	30	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	807.000,00	807.000,00
07/03/2023	31	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	2.000,00	2.000,00
07/03/2023	32	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transfe. - Origem	6.000,00	6.000,00
07/03/2023	33	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	500,00	500,00
13/03/2023	34	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	3.000,00	3.000,00



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

RELAÇÃO DE DECRETOS

2023

13/03/2023	35	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	508,00	508,00
13/03/2023	36	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	35.596,21	35.596,21
14/03/2023	37	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	10.095,79	10.095,79
15/03/2023	38	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	23.493,78	23.493,78
15/03/2023	39	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	20.000,00	20.000,00
16/03/2023	40	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	500,00	500,00
16/03/2023	41	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	15.000,00	15.000,00
16/03/2023	42	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	27.000,00	27.000,00
17/03/2023	43	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	20.000,00	20.000,00
20/03/2023	44	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	23.000,00	23.000,00
20/03/2023	45	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	25.033,00	25.033,00
21/03/2023	46	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	225.000,00	225.000,00
21/03/2023	47	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	4.175.919,46	4.175.919,46
22/03/2023	48	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	10.150,97	10.150,97
23/03/2023	49	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	104.000,00	104.000,00
23/03/2023	50	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	16.000,00	16.000,00
23/03/2023	51	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	97.000,00	97.000,00
24/03/2023	52	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	35.500,00	35.500,00
27/03/2023	53	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	60,00	60,00
27/03/2023	54	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	3.000,00	3.000,00
27/03/2023	55	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	3.450,00	3.450,00
27/03/2023	56	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	7.090,00	7.090,00
29/03/2023	57	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	13.400,00	13.400,00
29/03/2023	58	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	7.100,00	7.100,00
30/03/2023	59	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	9.000,00	9.000,00
30/03/2023	60	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	500,00	500,00
30/03/2023	61	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	7.000,00	7.000,00
31/03/2023	62	DECRETO	Abertura de Crédito Supl. - Anulação de dotação	200,00	200,00
31/03/2023	63	DECRETO	Transposição, Remanejamento, Transf. - Origem	3.000,00	3.000,00
TOTAL MÊS DE MARÇO:				6.170.597,21	6.170.597,21
TOTAL GERAL:				7.559.752,92	7.559.752,92



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO



FISCAL E LIMITES/OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

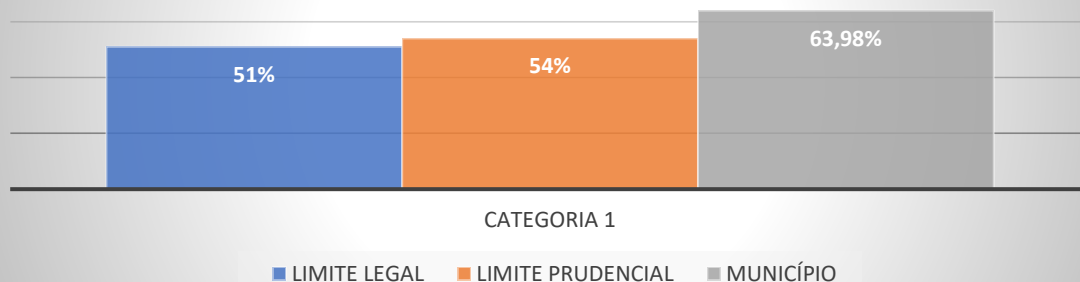
LIMITE LEGAL	Gasto com Pessoal
CONTEXTUALIZANDO MARCO LEGAL	
A Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 delimita o limite global máximo legal para despesa com pessoal, explanando que os gastos com pessoal não podem ultrapassar o percentual global de 60% da receita corrente líquida do município. Vale lembrar que esse percentual está estabelecido da seguinte forma:	
LIMITES LEGAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
6% do percentual global é atribuído ao Poder Legislativo.	Art. 20, inciso III, alínea "a"
54% do percentual global é atribuído ao Poder Executivo.	Art. 20, inciso III, alínea "b"
DEMONSTRATIVO DO TRIMESTRE	
R\$ 47.863.886,88	Receita Corrente Líquida Ajustada
R\$ 30.622.816,17	Aplicação com Pessoal
63,98%	Percentual de Comprometimento em relação RCL

FONTE: Lei Federal nº 101/2000.

INFORMAÇÃO

A despesa total com pessoal do Poder Executivo até o período em análise, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), corresponde a **63,98 % (sessenta e três vírgula noventa e oito por cento)** da receita corrente líquida, o índice de gasto com pessoal da municipalidade encontra-se acima do limite legal, assim em descumprimento.

DESPESA COM PESSOAL EM 2023



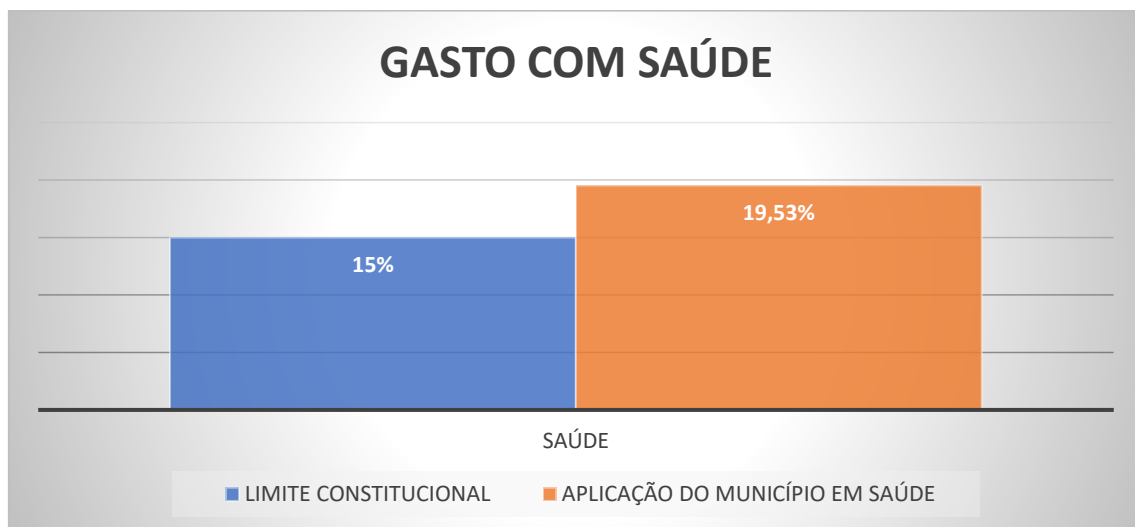
MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

LIMITE CONSTITUCIONAL	Gastos com Saúde Pública – 15%
MARCO LEGAL	
De acordo com o Art. 77 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional 29/2000 de setembro de 2000, os Municípios devem aplicar 15% das receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde. A partir de 2004, foram definidos novos critérios para os municípios que ficaram obrigados a investir o mínimo de 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal em ações e serviços de saúde.	
DEMONSTRATIVO DO TRIMESTRE	
19,53%	Percentual aplicado acima do mínimo obrigatório

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.



LIMITE CONSTITUCIONAL	Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 25%
CONTEXTUALIZANDO MARCO LEGAL	
O artigo 6º da Constituição Federal que ratifica o direito social a educação, os principais aspectos da Educação encontram-se sistematizados do artigo 205 a 214 da Constituição Federal, quanto aos gastos com a manutenção do desenvolvimento do	

CONTROLE INTERNO

ensino, está previsto no artigo 212 da CF/88, o qual determina que Estados e Municípios apliquem, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

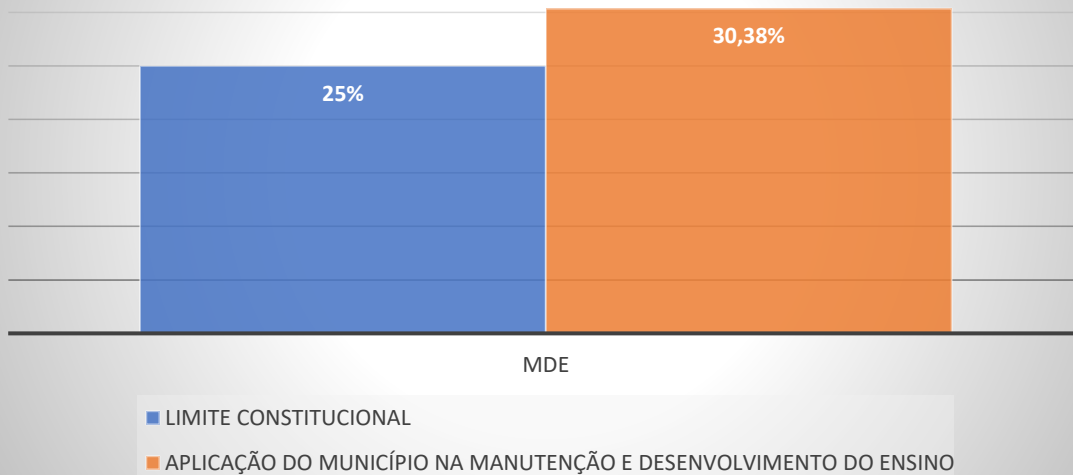
DEMONSTRATIVO DO TRIMESTRE

30,38%

Percentual aplicado abaixo do mínimo obrigatório

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.

GASTO COM EDUCAÇÃO - MDE



LIMITE CONSTITUCIONAL

Gastos com Remuneração do Magistério – FUNDEB
70%

CONTEXTUALIZANDO MARCO LEGAL

A Lei Federal nº 14.113/2020 estabelece que o mínimo de 70% dos recursos oriundos do FUNDEB deve ser utilizado no pagamento dos profissionais da educação, cujo conceito inclui (art. 26, parágrafo único, inciso II) aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei 9.394/1996 (LDB).

DEMONSTRATIVO DO TRIMESTRE

98,95%

Percentual aplicado abaixo do mínimo obrigatório

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.

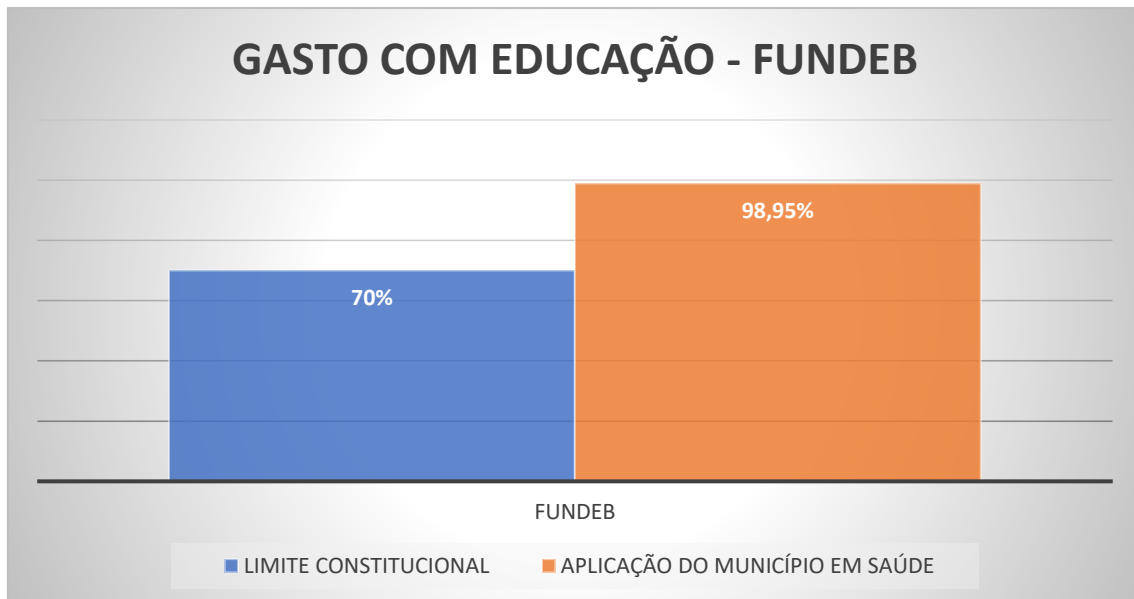


MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

GASTO COM EDUCAÇÃO - FUNDEB



OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL Repasse do Duodécimo do Legislativo – nos termos do inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal.

INFORMAÇÃO SOBRE OS REPASSES

Data	Nº Processo	Valor	Mês
20/01	1200003	155.909,00	JAN
17/02	2170004	155.909,00	FEV
20/03	3200007	155.990,00	MAR

DEMONSTRATIVO

Cálculo pelo Balanço – Valor a ser repassado no mês	R\$ 1.870.908,00
Repasado – Acumulado	R\$ 467.808,00
Valor a ser repassado	R\$ 155.909,00
Diferença (+ ou -)	R\$ 81,00 (+)

FONTE: Secretaria de Finanças/Setor de Empenho/CAT.

INFORMAÇÃO

O total do valor a ser repassado ao Poder Legislativo em 2023, conforme determina o artigo 29-A da Constituição Federal é de **1.870.908,00**, conforme tabela acima, até o trimestre em análise já foi transferido o montante de **R\$ 467.808,00**. Ressalto que a municipalidade está em conformidade com o art. 29-A, §2, II, da CF/88.



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

			Pagamento dos Subsídios
CONTEXTUALIZANDO MARCO LEGAL			
Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 596/2012, e estão assim discriminados conforme demonstrativo abaixo:			
DEMONSTRATIVO DO TRIMESTRE			
Fixado	Praticado conforme Decreto nº001/2022	Recebido até o trimestre	Item
24.000,00	24.000,00	72.000,00	PREFEITO
16.000,00	16.000,00	48.000,00	VICE-PREFEITO
6.000,00	5.400,00	129.600,00	SECRETÁRIOS

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.

INFORMAÇÃO

Considerando a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para o quadriênio de 2021-2024, constatamos que está em conformidade com as normas referidas no art. 29, V da Constituição Federal e a Resolução nº 202, de 24 de maio de 2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Ressalto que os valores pago ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários estão abaixo do valor fixado, sendo ele regulamentado e implementado através do Decreto nº001 de 03 de janeiro 2022.



PATRIMÔNIO

O art. 1º, §1º, Lei 4.717/65 define o Patrimônio Público como o conjunto de bens e direitos, mensurável em dinheiro, que pertence à União, a um Estado, a um Município, a uma autarquia ou empresa pública. *Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. (NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis).* Assim, a contabilidade está diretamente e



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Boís



CONTROLE INTERNO

intrinsecamente ligada ao controle da situação patrimonial, determinando a Lei Federal nº 4.320/64, os critérios para os registros analíticos e/ou sintéticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos imprescindíveis para a perfeita caracterização de cada um deles, devendo o Poder Executivo ter um controle individual e pormenorizado do bem público e dos agentes responsáveis pela guarda e administração dos mesmos. Como já enfatizado, a responsabilidade direta pelo bom uso e zelo do patrimônio público em regra é do Poder Executivo, mas muitas vezes é necessário que o gestor público municipal promova ações administrativas, operacionais e contábeis visando expandir a responsabilidade com os demais agentes públicos do Setor de Patrimônio, não perdendo de vista, a responsabilidade indireta de toda a população, pois é dever que todos zelem pelo Patrimônio Público. Nesse sentido, o controle patrimonial afeta diretamente a situação patrimonial em termos de ativo/passivo sendo um Setor de alta relevância para as ações administrativas.

DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL NO TRIMESTRE

UNIDADE GESTORA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
FUNPREV	R\$ 0,00	R\$4.948,20	R\$0,00
FMS	R\$0,00	R\$878,00	R\$17.794,97
FMAS	R\$0,00	R\$0,00	R\$17.599,99
PREFEITURA	R\$0,00	R\$0,00	R\$209.905,75
TOTAL	R\$0,00	R\$5.826,20	R\$245.300,71

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.

INFORMAÇÃO

No final do trimestre em análise, foram tombados no patrimônio do Município o total de R\$ 251.126,91.



DIÁRIAS

O Decreto Municipal nº 032/2019 e alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 006/2023, instituiu o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais efetivos, comissionados, agentes políticos e conselheiros tutelares, que se ausentarem da sede do Município, no mínimo por 07 (sete) horas consecutivas, por determinação da autoridade



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois



CONTROLE INTERNO

competente, em missão de estudos ou em defesa dos interesses da Administração, a título de indenização das despesas de alimentação, transporte e acomodação. O pagamento da(s) diária(s) é antecipado, tendo em vista o prazo provável do deslocamento, o(a) servidor(a) favorecido(a) pela diária deve fazer prova junto a Administração, através do relatório da viagem realizada, até 03 (três) dias após seu regresso.

DEMONSTRATIVO DE DIÁRIAS NO TRIMESTRE

UNIDADE GESTORA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
FUNPREV	R\$0,00	R\$700,00	R\$400,00
FMS	R\$0,00	R\$2.040,00	R\$400,00
FMAS	R\$130,00	R\$0,00	R\$3.640,00
PREFEITURA	R\$13.820,00	R\$2.520,00	R\$7.600,00
TOTAL	R\$13.950,00	R\$5.260,00	R\$12.040,00

FONTE: Secretaria de Finanças/CAT.

INFORMAÇÃO

No período foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos no valor de **R\$ 31.250,00**. Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados no Decreto Nº 032 de 02 de setembro de 2019, alterado pelo Decreto nº006/2023. A prestação de contas das diárias é encaminhada para a Secretaria Municipal de Finanças após retorno da viagem.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

As licitações realizadas no trimestre encontram-se de forma detalhada no quadro demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES NO TRIMESTRE

UNIDADE GESTORA	Dispensa	Inexigibilidade	Pregão Eletrônico	Tomada	Convite	Concorrência	Chamada Pública	Pregão Presencial
JANEIRO	08	06	01	00	00	00	01	00
FEVEREIRO	03	00	04	00	00	00	00	00
MARÇO	05	01	02	01	00	00	00	00
TOTAL	16	07	07	01	00	00	01	00

FONTE: SETOR DE LICITAÇÕES/FUNPREV.

CONTROLE INTERNO

INFORMAÇÃO

Constatou-se que os avisos de licitações (PMTG, FMAS e FMS) foram devidamente publicados, na Imprensa Oficial do Município, no Jornal da Cidade, afixado no mural e divulgado no portal da transparência, Tribunal de Contas, dando cumprimento ao estabelecido nos artigos 3º e 21º da Lei 8.666/93 e do mandamento constitucional previsto no artigo 37 da Constituição Federal (Princípio da Publicidade). Além do mais, foi verificada a documentação dos procedimentos licitatórios (PMTG, FMAS e FMS) abertos e observou-se que os mesmos se encontram em boa ordem, contendo autorização da ordenadora de despesa, declaração de impacto financeiro, cópia da portaria e parecer jurídico do Edital.

PARECER CONCLUSIVO

O objetivo do presente relatório é de verificar a legalidade das sistemáticas orçamentárias, financeira, patrimonial, fiscal e operacional em conformidade com sua legislação específica, trazendo ao conhecimento geral de forma transparente o funcionamento do executivo municipal. Ante ao exposto e pontuado em cada item contextualizado e auditado segue abaixo o parecer individualizado:

ITEM AUDITADO	SITUAÇÃO
GASTOS COM SAÚDE	No trimestre auditado apresentou o percentual de 19,53% cumprindo o estabelecido pela CF/88.
GASTOS COM EDUCAÇÃO (MDE)	No trimestre auditado apresentou o percentual de 30,38% cumprindo o estabelecido pela CF/88.
GASTO COM EDUCAÇÃO (FUNDEB)	No trimestre auditado apresentou o percentual de 98,95% cumprindo o estabelecido pela Lei Federal nº 14.113/2020.
REPASSE DO DUODÉSCIMO	No trimestre auditado cumpriu com o estabelecido pela CF/88 no seu inciso I, artigo 29-A.
GASTO COM PESSOAL	No trimestre auditado apresentou um percentual de 63,98% acima um pouco do trimestre passado, porém ainda



CONTROLE INTERNO

	descumprindo o mandamento em uma diferença de 9,98% em relação ao limite legal de 54%.
PAGAMENTO DE SUBSÍDUOS	No trimestre auditado foi cumprido o estabelecido pela Lei Municipal nº 596/2012.
DIÁRIAS	No trimestre auditado foi cumprido o estabelecido pelo Decreto Municipal nº 032/2019 e Decreto Municipal nº006/2021.
PATRIMÔNIO	Atende
ALMOXARIFADO	Atende
LICITAÇÕES	No trimestre auditado pela amostragem dos processos licitatórios, todos atendem aos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93.

Este é o parecer.



JOÃO RODRIGO DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Controle Interno

JOÃO RODRIGO MOREIRA DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

CONTROLE INTERNO

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do Exercício de 2023, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº 206 de 01 de novembro de 2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo todos os parâmetros de Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente a fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.



JOÃO RODRIGO DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Controle Interno

JOÃO RODRIGO MOREIRA DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE
TOMAR DO GERU
A Terra do Carro de Bois

